

Marinha do Brasil

MARINHA

Serviço Militar Voluntário (SMV) de Praças – RM2
(Todos os Distritos Navais)

DZ050-N9

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Marinha do Brasil

Serviço Militar Voluntário (SMV) de Praças - RM2 (Todos os Distritos Navais)

Processo Seletivo

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Forças Armadas e Segurança Pública - Profº

Legislação Militar-Naval - Elaboração Interna

Relações Humanas e Liderança - Elaboração Interna

História Naval - Elaboração Interna

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Leandro Filho

DIAGRAMAÇÃO

Renato Vilela

Victor Andrade

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:
www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!
Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

GRAMÁTICA Sistema ortográfico em vigor: emprego das letras e do hífen, acentuação gráfica e uso do acento indicador de crase.....	01
Aspectos fonéticos: fonema e letra, sílaba, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos.....	12
Aspectos morfológicos: estrutura e formação de palavras, classes de palavras.....	14
Organização sintática da frase e do período: frase, oração e período, os termos da oração; subordinação e coordenação.....	54
Pontuação.....	65
Concordância (nominal e verbal).....	68
Regência (nominal e verbal).....	75
Função e emprego dos pronomes relativos; Colocação pronominal.....	82
COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO Leitura e análise de textos verbais e não verbais: os propósitos do autor e suas implicações na organização do texto, compreensão de informações implícitas e explícitas, linguagens denotativa e conotativa.....	82
Coerência e coesão.....	89
Texto e contexto: ambiguidade e polissemia; Relações lexicais: sinonímia, antonímia, homonímia, hiperonímia, hiponímia e paronímia.....	94
Figuras de linguagem.....	98
Gêneros textuais.....	102
Tipos de discurso.....	103
Reescritura de frases.....	104
Adequação vocabular e variação linguística: norma culta e variedades regionais e sociais, registro formal e informal...	106

FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA

A Constituição Federal e as Forças Armadas;	01
A Constituição Federal e a Segurança Pública.	03

LEGISLAÇÃO MILITAR-NAVAL

Estatuto dos Militares – Disposições preliminares; Do ingresso nas Forças Armadas; Da hierarquia militar e disciplina; Do cargo e da função militares; Das obrigações militares; Valor e ética militar; Dos deveres militares; Conceituação; compromisso militar, comando e subordinação; Violação das obrigações e deveres militares; Crimes militares; Contravenções ou transgressões disciplinares; e Conselhos de justificação e disciplina.....	01
Regulamento Disciplinar para a Marinha – Generalidades; Propósito; Disciplina e hierarquia militar; Esfera de ação disciplinar; Das contravenções disciplinares; definição e especificação; Natureza das contravenções e suas circunstâncias; Da parte, prisão imediata e recursos; parte, prisão imediata; e recursos.....	07

SUMÁRIO

RELAÇÕES HUMANAS E LIDERANÇA

Doutrina de Liderança da Marinha – Chefia e Liderança; Aspectos Fundamentais da Liderança; Estilos de Liderança; Seleção de Estilos de Liderança; Fatores da Liderança; Atributos de um Líder; Níveis de Liderança.....	01
---	----

HISTÓRIA NAVAL

Formação da Marinha Imperial Brasileira: A vinda da Família Real; Política externa de D. João VI e a atuação da Marinha: a conquista de Caiena e a ocupação da Banda Oriental: A Banda Oriental; A Revolta Nativista de 1817 e a atuação da Marinha; Guerra de independência; Elevação do Brasil a Reino Unido; O retorno de D. João VI para Portugal; A Independência; A Formação de uma Esquadra Brasileira; Operações Navais; Confederação do Equador.....	01
A Atuação da Marinha nos Conflitos da Regência e do Início do Segundo Reinado: Conflitos internos; Cabanagem; Guerra dos Farrapos; Sabinada; Balaiada; Revolta Praieira; Conflitos externos; Guerra Cisplatina; Guerra contra Oribe e Rosas.	05
A Atuação da Marinha na Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai: O bloqueio do Rio Paraná e a Batalha Naval do Riachuelo; Navios encouraçados e a invasão do Paraguai; Curuzu e Curupaiti; Caxias e Inhaúma; Passagem de Curupaiti; Passagem de Humaitá; O recuo das forças paraguaias; O avanço aliado e a Dezembrada; A ocupação de Assunção e a fase final da guerra.	11
A Marinha na República: Primeira Guerra Mundial: Antecedentes; O preparo do Brasil; A Divisão Naval em Operações de Guerra; O Período entre Guerras; A situação em 1940; Segunda Guerra mundial: Antecedentes; Início das hostilidades e ataques aos nossos navios mercantes; A Lei de Empréstimo e Arrendamento e modernizações de nossos meios e defesa ativa da costa brasileira; Defesas Locais; Defesa Ativa; A Força Naval do Nordeste; E o que ficou?	16
O Emprego Permanente do Poder Naval: O Poder Naval na guerra e na paz: Classificação; A percepção do Poder Naval; O emprego permanente do Poder Naval.....	26

ÍNDICE

HISTÓRIA NAVAL

Formação da Marinha Imperial Brasileira: A vinda da Família Real; Política externa de D. João VI e a atuação da Marinha: a conquista de Caiena e a ocupação da Banda Oriental: A Banda Oriental; A Revolta Nativista de 1817 e a atuação da Marinha; Guerra de independência; Elevação do Brasil a Reino Unido; O retorno de D. João VI para Portugal; A Independência; A Formação de uma Esquadra Brasileira; Operações Navais; Confederação do Equador.	01
A Atuação da Marinha nos Conflitos da Regência e do Início do Segundo Reinado: Conflitos internos; Cabanagem; Guerra dos Farrapos; Sabinada; Balaiada; Revolta Praieira; Conflitos externos; Guerra Cisplatina; Guerra contra Oribe e Rosas.	05
A Atuação da Marinha na Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai: O bloqueio do Rio Paraná e a Batalha Naval do Riachuelo; Navios encouraçados e a invasão do Paraguai; Curuzu e Curupaiti; Caxias e Inhaúma; Passagem de Curupaiti; Passagem de Humaitá; O recuo das forças paraguaias; O avanço aliado e a Dezembrada; A ocupação de Assunção e a fase final da guerra.	11
A Marinha na República: Primeira Guerra Mundial: Antecedentes; O preparo do Brasil; A Divisão Naval em Operações de Guerra; O Período entre Guerras; A situação em 1940; Segunda Guerra mundial: Antecedentes; Início das hostilidades e ataques aos nossos navios mercantes; A Lei de Empréstimo e Arrendamento e modernizações de nossos meios e defesa ativa da costa brasileira; Defesas Locais; Defesa Ativa; A Força Naval do Nordeste; E o que ficou?	16
O Emprego Permanente do Poder Naval: O Poder Naval na guerra e na paz: Classificação; A percepção do Poder Naval; O emprego permanente do Poder Naval.....	26

FORMAÇÃO DA MARINHA IMPERIAL BRASILEIRA: A VINDA DA FAMÍLIA REAL; POLÍTICA EXTERNA DE D. JOÃO VI E A ATUAÇÃO DA MARINHA: A CONQUISTA DE CAIENA E A OCUPAÇÃO DA BANDA ORIENTAL: A BANDA ORIENTAL; A REVOLTA NATIVISTA DE 1817 E A ATUAÇÃO DA MARINHA; GUERRA DE INDEPENDÊNCIA; ELEVAÇÃO DO BRASIL A REINO UNIDO; O RETORNO DE D. JOÃO VI PARA PORTUGAL; A INDEPENDÊNCIA; A FORMAÇÃO DE UMA ESQUADRA BRASILEIRA; OPERAÇÕES NAVAIS; CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR.

Emergindo das dificuldades do período revolucionário (1789- 1799), a França erguia-se perante a Europa aristocrática com o Grande Exército chefiado por Napoleão Bonaparte. As notáveis vitórias militares francesas subjugaram a maior parte do Velho Mundo e esse expansionismo teve repercussões intensas na própria América, abrindo caminho para a emancipação política das colônias ibéricas.

As guerras napoleônicas (1804–1815) foram caracterizadas por dois aspectos: o primeiro, na luta de uma nação burguesa contra uma Europa aristocrática; e o segundo, na luta entre França e Inglaterra. Com a derrota da Marinha francesa na Batalha de Trafalgar (1805) para a Marinha inglesa, muito superior, decide Napoleão investir contra seus inimigos continentais (Áustria e Prússia) e, ao tomar Berlim, iniciou guerra econômica à Inglaterra, estabelecendo, em 1806, um bloqueio continental. Os demais Estados europeus foram concitados a aderir ao bloqueio, entre eles Portugal.

Portugal sempre manteve laços comerciais com a Inglaterra, e sua não-adesão ao bloqueio foi determinante para a decisão de sua invasão por exército francês sob o comando do General Junot. Ao saber da chegada do exército invasor de Napoleão, o Conselho de Estado e o Príncipe Regente Dom João acordaram na retirada para o Brasil de toda a Família Real.

Em 29 de novembro de 1807, a Família Real embarca rumo ao Brasil. O comboio de transportes que conduziu todo o aparato (15 mil pessoas, entre militares e civis) era de trinta navios e várias embarcações. Foi protegido por escolta inglesa composta por dezesseis naus.

Em 22 de janeiro de 1808, a nau *Príncipe Real*, onde o Príncipe Regente Dom João encontrava-se embarcado, chegou à Bahia.

Em 28 de janeiro daquele ano, Dom João proclamava a independência econômica do Brasil, com a publicação da famosa carta régia, que abriu ao comércio estrangeiro os portos do País; em 7 de março de 1808, Dom João, à testa de uma força naval composta por três naus, um [bergantim] e um transporte, entrou na Baía de Guanabara. A bordo também vinham os integrantes da Brigada Real da Estandarte dos Fuzileiros Navais Marinha, encarregados da artilharia e da defesa dos navios.

Vamos ver neste capítulo o que ocorreu quanto ao estabelecimento da Marinha na Corte e a política externa de Dom João, caracterizada pela invasão da capital da Guiana Francesa, Caiena, e a ocupação da Banda Oriental, atual Uruguai.

No campo interno, veremos a Revolta Nativista de 1817, movimento separatista ocorrido em Pernambuco, onde a Marinha atuou na sua repressão, bloqueando o porto do Recife.

Com o retorno de Dom João VI para Portugal, permaneceu no Brasil seu filho Dom Pedro, que passou a sofrer pressão vinda da Corte de Portugal para que regressasse a Lisboa. Como consequência, temos o Dia do Fico (9/1/1822) e, posteriormente, após novas pressões, Dom Pedro proclama a nossa Independência.

Para concretizar a Independência e levar a todos os recantos do litoral brasileiro a notícia do dia 7 de setembro, foi necessário organizar uma força naval capaz de atingir todas as províncias e fazer frente aos focos de resistência à nova ordem.

Vamos, então, iniciar esta viagem.

A VINDA DA FAMÍLIA REAL

A CORTE NO RIO DE JANEIRO

Juntamente com a Família Real, todo o aparato burocrático e administrativo foi transferido para o Rio de Janeiro. Entre as primeiras decisões de Dom João, já no dia 11 de março de 1808, está a instalação do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, que continuou a ter o mesmo regulamento instituído pelo Alvará de 1736.

A seguir, foram sucessivamente criadas ou estabelecidas várias repartições necessárias ao funcionamento do Ministério da Marinha, tais como: Quartel-General da Armada, Intendência e Contadoria, Arquivo Militar, Hospital de Marinha, Fábrica de Pólvora e Conselho Supremo Militar.

A Academia Real de Guardas-Marinha, hoje Escola Naval, que também acompanhou a Família Real, teve sua instalação nas dependências do Mosteiro de São Bento, tornando-se, desta feita, o primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil.

No tocante à infraestrutura já existente no Rio de Janeiro, observamos que o Arsenal Real da Marinha, localizado então ao pé do morro do Mosteiro de São Bento, cuja criação data de 29 de dezembro de 1763, teve sua capacidade ampliada para poder apoiar a recém-chegada Esquadra.

POLÍTICA EXTERNA DE DOM JOÃO E A ATUAÇÃO DA MARINHA: A CONQUISTA DE CAIENA

Diante da invasão do território continental português pelas tropas do General Junot, Dom João assinou, em 1º de maio de 1808, manifesto declarando guerra à França, considerando nulos todos os tratados que o imperador dos franceses o obrigara a assinar. Os limites entre o Brasil e a Guiana Francesa voltaram a ser questionados.

Como a guerra não poderia ser levada a cabo no território europeu, e sendo importante a ocupação de território inimigo em qualquer guerra, o objetivo ideal se tornou a colônia francesa. A Corte determinou ao capitão-general da Capitania do Grão-Pará, Tenente-Coronel José Narciso Magalhães de Menezes, que ocupasse militarmente as margens do Rio Oiapoque. Ordem recebida, tratou de arregimentar pessoal e material, valendo-se, inclusive, (diante dos escassos recursos existentes nos cofres da capitania) de subscrição popular.

Em outubro de 1808 a força estava pronta, sob o comando do Tenente-Coronel Manuel Marques d'Elvas Portugal. Para conduzir essa força ao lugar de destino, aprestou-se uma [esquadilha] composta por dez embarcações. Em 3 de novembro, a esquadilha foi acrescida de três navios vindos da Corte, um deles, o [brigue] *Infante D. Pedro*, estava sob o comando do Capitão-Tenente Luís da Cunha Moreira. Juntos traziam um reforço de 300 homens. Tinham ordens de ocupar o território da Guiana Francesa e submeter Caiena.

Em 1º de dezembro, desembarcaram as nossas tropas no território inimigo. Quatro escunas francesas foram aprisionadas, incorporadas e rebatizadas de *Lusitana*, *D. Carlos*, *Sydney Smith* e *Invincível Menezes*.

O governador de Caiena, Victor Hughes, tratou, em vão, de preparar a resistência, levantando baterias, fortificando os melhores pontos estratégicos e guarnecendo os fortes. As forças de ataque foram ganhando terreno, apertando cada vez mais o cerco à capital Caiena, até sua rendição final, em 12 de janeiro de 1809. A importância dessa operação recai na condição de ter sido o primeiro ato consistente de política externa de Dom João realizado por meio militar, contando com forças navais e terrestres anglo-luso-brasileiras.

A ocupação portuguesa da Guiana Francesa durou mais de oito anos. Embora temporária, a ocupação da Guiana Francesa foi da maior valia para a fixação dos limites do País, porquanto, na ocasião de sua devolução, em 1817, ficaram tacitamente estabelecidos os limites do Oiapoque.

A BANDA ORIENTAL

Outro movimento importante de Dom João na política externa foi a ocupação da Banda Oriental. Na ocupação, foi de grande importância o papel que desempenhou a Marinha, não só no transporte das

tropas, desde Portugal (já liberado do domínio francês), como também em todo o desenrolar da ocupação.

O movimento de independência da América espanhola provocou o aparecimento de novas nações americanas, cada qual com lideranças individuais. Foi o caso do Uruguai, então chamado de Banda Oriental, que se recusava a fazer parte das Províncias Unidas do Rio da Prata, encabeçada por Buenos Aires. Seu líder, José Gervásio Artigas, arregimentou as camadas populares contra o domínio espanhol e para o ideal da anexação promovido por Buenos Aires. Nesse intento, invadiu as fronteiras portenhas e brasileiras, o que ocasionou o acordo entre as duas últimas para uma ação conjunta contra Artigas.

Em 12 de junho de 1816, partiu do Rio de Janeiro uma Divisão Naval, composta de uma fragata, uma [corveta], cinco naus (das quais uma era inglesa e outra francesa) e seis brigues, capitaneada pela nau *Vasco da Gama*, onde achavam-se embarcados o Chefe-de-Divisão Rodrigo José Ferreira Lobo, responsável pelas atividades navais da expedição, e o tenente-coronel Carlos Frederico Lecor, então nomeado governador e capitão-general da Praça e Capitania de Montevidéu. Foi se reunir com o 1º Escalão, composto por seis navios, que já havia seguido para Santa Catarina em janeiro.

Do Rio de Janeiro, em 4 de agosto, partiu nova frota, composta por quatro navios, com a missão de operar em combinação com a Divisão dos Voluntários Reais. Em 22 de novembro de 1816 deu-se o desembarque, em Maldonado, das forças navais de Rodrigo José Ferreira Lobo. Com a ocupação da cidade e a vitória pelas forças terrestres em Índia Morta, o caminho para Montevidéu ficou livre. Lecor encontrava-se acampado no passo de São Miguel, quando recebeu uma [deputação] de Montevidéu, que apresentou-lhe as chaves da cidade e seu submisso respeito e completa adesão ao governo de Dom João VI.

Não foi imediata a completa submissão da Banda Oriental. Ainda, por alguns anos, fez José Artigas tenaz resistência à dominação portuguesa, até sua derrota final na Batalha de Taquembó, em 22 de janeiro de 1820.

Durante esse período, os partidários de Artigas valiam-se de corsários que, com base na Colônia de Sacramento, ocasionavam grandes prejuízos ao comércio de nossa Marinha Mercante. Com recursos navais reduzidos para liquidar a nova ameaça, o comando português empregou tropas terrestres para tentar destruir as bases inimigas. Assim, o Tenente-Coronel Manuel Jorge Rodrigues, auxiliado por forças navais, atacou e conquistou Colônia, Paissandu e outros locais às margens do Uruguai, tendo em Sacramento conseguido aprisionar vários corsários que aí se encontravam.

No mar, o último episódio em que a força naval atuou, ocorrido em 15 de junho de 1820, foi o aprisionamento do corsário *General Rivera*, com a recuperação dos mercantes *Ulisses* e *Triunfantes*, pela Corveta *Maria da Glória*, comandada pelo Capitão-de-Fragata Diogo Jorge de Brito.

Em 31 de julho de 1821, em assembleia formada por deputados representantes de todas as localidades orientais, foi aprovada, por unanimidade, a incorporação da Banda Oriental à Coroa portuguesa, fazendo parte do domínio do Brasil com o nome de Província Cisplatina.

A REVOLTA NATIVISTA DE 1817 E A ATUAÇÃO DA MARINHA

Em paralelo ao que ocorria no Sul, teve a Corte de se mobilizar para fazer frente ao movimento separatista que eclodiu em Pernambuco, em março de 1817.

As primeiras providências para o restabelecimento da ordem legal em Pernambuco foram tomadas pelo Conde dos Arcos, governador da Bahia, que fez armar em guerra alguns navios mercantes, e mandou-os seguir para Pernambuco sob o comando do Capitão Tenente Rufino Peres Batista. A esquadilha era composta por três navios e tinha como missão o bloqueio do porto do Recife.

Em 2 de abril, partiu da Corte uma Divisão sob o comando do Chefe-de-Esquadra Rodrigo José Ferreira Lôbo, composta por três navios, enquanto que, da Bahia, seguiram por terra dois regimentos de cavalaria e dois de infantaria. Em 4 de maio, outra Divisão Naval, sob o comando do Chefe-de-Divisão Brás Caetano Barreto Cogomilho, partiu do Rio de Janeiro.

O cerco da cidade do Recife por terra e o bloqueio efetuado por mar fizeram com que os rebeldes abandonassem a cidade em 20 de maio, dando fim ao movimento separatista.

GUERRA DA INDEPENDÊNCIA

ELEVAÇÃO DO BRASIL A REINO UNIDO

Do mesmo modo que a transferência para o Brasil da sede do reino português foi motivada pela ameaça representada pelo expansionismo francês na Europa, a queda de Napoleão e o movimento de restauração das monarquias absolutistas, encabeçado pelo Congresso de Viena, levou os portugueses a esperar que seu rei retornasse para Portugal e trouxesse a Corte de volta para Lisboa. Entretanto, o monarca permaneceu no Rio de Janeiro e, para viabilizar essa situação, elevou o Brasil a uma condição equivalente a de Portugal, com a formação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Enquanto comerciantes e fazendeiros brasileiros desfrutavam do afrouxamento dos laços coloniais, a sociedade portuguesa via-se deixada em segundo plano, com o território luso sendo administrado por uma junta sob controle de um militar britânico.

Tal estado de "abrasileiramento" da monarquia portuguesa, somado ao clamor por uma flexibilização do absolutismo de setores da sociedade portuguesa, fez estourar, na Cidade do Porto, um movimento revolucionário liberal. Logo a revolução se espalhou por todo o Portugal, fomentando a instalação de uma assembleia nacional constituinte denominada de "Cortes", que visava a instaurar uma monarquia

constitucionalista. O estado revolucionário da antiga metrópole provocou o retorno do rei em 26 de abril de 1821, deixando seu filho Dom Pedro como príncipe regente. Tentava, assim, a dinastia de Bragança, manter sob controle, e longe dos ventos liberais, as duas partes de seu reino.

Mesmo com o retorno do rei, as Cortes reunidas em Lisboa mantiveram-se atuantes na imposição de uma monarquia constitucional a Dom João VI. Contudo, o posicionamento das Cortes em relação ao Brasil era completamente contrário ao seu discurso liberal: vinha no sentido de reativar a subordinação política e econômica, reerguendo o pacto colonial. A oposição que as Cortes faziam à dinastia de Bragança em Portugal e suas crescentes imposições ao príncipe regente provocaram reações de Dom Pedro. Em 9 de janeiro de 1822, no que ficou conhecido como Dia do Fico, Dom Pedro declarou que permaneceria no Brasil, apesar da determinação das Cortes para que retornasse à Lisboa. Concomitantemente, o príncipe nomeou um novo Gabinete de Ministros, sob a liderança de José Bonifácio de Andrada e Silva, que defendia a emancipação do Brasil sob uma monarquia constitucional encabeçada pelo príncipe regente.

A pressão das Cortes pela restauração do pacto colonial, com o conseqüente esvaziamento das suas atribuições de regente, levaram Dom Pedro a defender a autonomia brasileira perante a restauração da condição de colônia pretendida pelas Cortes.

A INDEPENDÊNCIA

Em 7 de setembro de 1822, o Príncipe Dom Pedro declarava a Independência do Brasil. Porém, só as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais atenderam de imediato à conclamação emanada das margens do Ipiranga. Até pela proximidade geográfica, estas mantiveram-se fiéis às decisões emanadas do Paço, mesmo após a partida de Dom João VI. As capitais das províncias ao Norte do País mantiveram sua ligação com a metrópole, pois as peculiaridades da navegação a vela e a falta de estradas as punham mais próximas desta do que do Rio de Janeiro. Mormente o expressivo número de patriotas no interior dessas províncias, nas capitais e nas poucas principais cidades, as elites de comerciantes era majoritariamente portuguesa e adepta da restauração colonial pretendida pelo movimento liberal português. Durante a queda-de-braço empreendida entre as Cortes e Dom Pedro, foram reforçadas as guarnições militares das capitânicas do Norte e Nordeste para manter a vinculação com Lisboa.

A resistência mais forte estava justamente em Salvador, Bahia, onde essa guarnição era mais numerosa. No Sul, a recém-incorporada Província Cisplatina viu as guarnições militares, que lá ainda estavam, dividirem-se perante a causa da independência. Enquanto o comandante das tropas de ocupação, General Carlos Frederico Lecor, colocou-se ao lado dos brasileiros, seu subcomandante, Dom Álvaro da

Costa de Souza Macedo, e a maior parte das tropas defenderam o pacto com Lisboa. A situação geral que se descortinava parecia cada vez mais desfavorável para o processo de independência. Mesmo que as forças brasileiras, constituídas de militares e milícias patrióticas, no interior, forçassem e mesmo sitiessem as guarnições portuguesas, o mar era uma via aberta para o recebimento de reforços. Assim, Portugal reforçou com tropas, suprimentos e navios de guerra a guarnição de Salvador comandada pelo governador das Armas da Província, Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo.

A FORMAÇÃO DE UMA ESQUADRA BRASILEIRA

O governo brasileiro, constituído por José Bonifácio, percebeu que só o domínio do mar manteria a unidade da ex-colônia portuguesa, pois as ligações entre as províncias litorâneas, onde estava concentrada a maior parte da população e da força produtiva brasileira, eram inteiramente pelas vias marítimas, ao longo de um extenso litoral de mais de 8 mil quilômetros.

A rápida formação de uma Marinha de Guerra nacional constituía-se no melhor meio de transportar e concentrar tropas leais e suprimentos para as áreas de embate com os portugueses, com a rapidez e a segurança que os caminhos terrestres não permitiam. Ainda, esse conjunto de navios de guerra, a Esquadra, promoveria o bloqueio aos portos das cidades brasileiras ocupadas pelos portugueses, impedindo a chegada de reforços da metrópole e isolando as guarnições portuguesas de ressuprimentos vindos por mar, bem como fustigando-as com o fogo dos canhões embarcados.

O nascimento da Marinha Imperial se deu nesse regime de urgência, aproveitando os navios deixados no porto do Rio de Janeiro pelos portugueses, em mau estado de conservação, e os oficiais e praças da Marinha portuguesa que aderiram à Independência. Os navios foram reparados, em um intenso trabalho do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, e foram adquiridos outros, tanto pelo governo como por subscrição pública. E as lacunas encontradas nos corpos de oficiais e praças foram completadas com a contratação de estrangeiros, sobretudo experientes remanescentes da Marinha inglesa. A necessidade de dispor da Força Naval como eficiente elemento operativo e como fator de dissuasão para as pretensões de reconquista portuguesa fez com que o governo imperial contratasse Lorde Thomas Cochrane, um brilhante e experiente oficial de marinha inglês, como Comandante-em-Chefe da Esquadra.

OPERAÇÕES NAVAIS

Em 1º de abril de 1823, a Esquadra brasileira comandada por Cochrane deixava a Guanabara com destino à Bahia, para bloquear Salvador e dar combate às forças navais portuguesas que lá se concentravam sob o comando do Chefe-de-Divisão Félix dos Campos. A primeira tentativa de dar combate aos na-

vios portugueses foi desfavorável a Cochrane, tendo enfrentado, além do inimigo, a indisposição para luta dos marinheiros portugueses nos navios da Esquadra, muitos dos quais guarneciam os canhões com uma inabilidade próxima ao motim. Depois de reorganizar suas forças e expurgar os elementos desleais, e a despeito das Forças Navais portuguesas, Cochrane colocou Salvador sob bloqueio naval, capturando os navios que realizavam o abastecimento da cidade, já sitiada por terra pelas forças brasileiras.

Pressionadas pelo desabastecimento, as tropas portuguesas abandonaram a cidade em 2 de julho, num comboio de mais de 70 navios, escoltados por 17 navios de guerra. Este foi acompanhado e fustigado pela Esquadra brasileira, destacando-se a atuação da fragata *Niterói*, comandada pelo Capitão-de-Fragata John Taylor, que, apresando vários navios, atacou o comboio português até a foz do Rio Tejo.

O próximo passo para a expulsão dos portugueses do Norte-Nordeste brasileiro era o Maranhão, onde Cochrane, utilizando-se de um hábil ardil, fez da nau *Pedro I*, sua capitânia, a ponta de lança de uma grande força naval que viria próxima, transportando um vultoso exército nacional que tomaria São Luís. Porém, tudo não passava de um blefe para levar à deposição da junta governativa que se mantinha fiel a Lisboa, o que aconteceu em 27 de julho de 1823.

Seguiu-se a utilização do mesmo ardil no Pará, conduzido pelo Capitão-Tenente John Pascoe Grenfell, no comando do brigue *Maranhão*. Tais blefes, que conduziram à aceitação da Independência brasileira pelas elites, formadas em sua maioria de portugueses, em São Luís e em Belém, não se deram tão facilmente, como um vislumbre superficial do evento histórico permite concluir. A luta pelo poder provincial entre brasileiros nativos e portugueses recém-adaptos da Independência levou a que o contingente da Marinha, naquelas cidades, atuasse tanto num sentido apaziguador, mesmo diplomático, como trazendo a ordem pela força das armas.

As operações navais na Cisplatina assemelharam-se às realizadas na Bahia, sendo empreendido um bloqueio naval conjugado com um cerco à Montevideu, isolando as tropas portuguesas comandadas por Dom Álvaro Macedo. Em março de 1823, a Força Naval no Sul, comandada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Pedro Antônio Nunes, foi reforçada com a chegada de mais navios vindos das vitórias no Norte-Nordeste do Império, a tempo de se opor à tentativa portuguesa de romper o bloqueio em 21 de outubro. A batalha que se seguiu, embora violenta, terminou sem a vitória de nenhum dos oponentes, mas configurou-se como uma vitória estratégica das forças brasileiras com a manutenção do bloqueio. O desabastecimento provocado pelo bloqueio e pelo cerco por terra, somado à desalentadora notícia que Montevideu era a última resistência portuguesa na ex-colônia, provocou a evacuação do contingente português da Cisplatina, em novembro de 1823.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Ainda no reinado de Dom Pedro I, uma revolta na Província de Pernambuco colocou em perigo a integridade territorial do Império. A Marinha atuou contra a Confederação do Equador a partir de abril de 1824. Porém, o aumento do combate à revolta só se deu com o envio da Força Naval comandada por Cochrane, onde foi embarcada a 3ª Brigada do Exército Imperial, com 1,2 mil homens, comandada pelo Brigadeiro Francisco Lima e Silva. As tropas seriam desembarcadas em Alagoas e seguiriam por terra para a província rebelada, enquanto a Força Naval alcançava o Recife, em 18 de agosto de 1824, instituindo severo bloqueio naval. Com a Marinha e o Exército atuando conjuntamente, as forças rebeldes do Recife foram derrotadas em 18 de setembro.

A ATUAÇÃO DA MARINHA NOS CONFLITOS DA REGÊNCIA E DO INÍCIO DO SEGUNDO REINADO: CONFLITOS INTERNOS; CABANAGEM; GUERRA DOS FARRAPOS; SABINADA; BALAIADA; REVOLTA PRAIEIRA; CONFLITOS EXTERNOS; GUERRA CISPLATINA; GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS.

A peculiar independência brasileira, que pôs à frente do processo de emancipação da ex-colônia o herdeiro do trono real português, produziu uma divisão na política brasileira que marcaria o reinado de Dom Pedro I: a separação entre brasileiros, os liberais, que defendiam a monarquia constitucional, e portugueses, que propunham a maior concentração de poder nas mãos do imperador.

O Imperador D. Pedro I tornava-se cada vez mais autoritário, buscando o apoio da facção dos portugueses que defendia maior poder ao monarca. Já a facção dos brasileiros queria que o poder do Estado brasileiro fosse dividido entre o imperador e a Assembleia Legislativa, constituída de representantes eleitos da sociedade, que redigiria a Carta Constitucional e faria as leis. Ou seja, defendiam que a monarquia de Dom Pedro fosse uma monarquia constitucional.

A Assembleia Constituinte foi reunida para redigir a primeira Constituição brasileira. Contudo, a maioria dos deputados constituintes queria uma Constituição que limitasse os poderes do imperador. Tal fato desagradava a Dom Pedro e aos homens que o apoiavam, já que o monarca queria no Brasil uma monarquia absolutista, como seu pai, Dom João, reinou em Portugal.

O conflito entre Dom Pedro e os deputados constituintes acabou quando o imperador dissolveu a Assembleia Constituinte em 1823. Em seguida, nomeou um Conselho de Estado, composto por dez membros, com a tarefa de redigir um projeto de Cons-

tituição. O resultado é que impôs uma Constituição, outorgada em 1824, que praticamente resgatava o regime absolutista. A atitude autoritária do imperador aumentou em muito a oposição liberal a ele, representada pelo Partido Brasileiro.

Foram vários anos de disputa política entre os Partidos Português e Brasileiro e de críticas cada vez mais violentas ao imperador, vindas dos políticos do Partido Brasileiro e de todos os que defendiam que o poder do Estado não ficasse tão concentrado nas mãos de Dom Pedro. Também desagradava muito aos brasileiros naturais a influência que os portugueses, que haviam aderido à nacionalidade brasileira com a independência, tinham perante o imperador. Os nativos brasileiros acusavam os portugueses de monopolizar o comércio com o exterior.

O embate entre portugueses e brasileiros na Assembleia Geral Legislativa transparece na imprensa, que ataca o imperador e vai para as ruas, onde partidários do imperador entram em choque com defensores do Partido Brasileiro. Preocupava Dom Pedro I não somente a oposição a seu reinado, que crescia entre os brasileiros, mas também a situação política em sua terra natal, Portugal, onde ele próprio e seus descendentes tinham direitos sobre o trono.

Em 7 de abril de 1831, Dom Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho, Dom Pedro de Alcântara, então com cinco anos de idade. Enquanto o herdeiro não tinha idade para assumir o trono, instalou-se no Brasil um governo regencial. O Poder Executivo seria composto por três membros, uma regência trina, conforme determinava a Carta Constitucional. Posteriormente, a regência seria constituída de uma só pessoa, a regência una.

No período regencial, o conturbado ambiente político da Corte se refletiu nas províncias do Império, em movimentos armados que explodiram por todos os principais centros regionais, desde 1831 até os anos de consolidação do reinado de Dom Pedro II. A Marinha da Independência e da Guerra Cisplatina, constituída por elevado número de navios de relativo grande porte, foi sendo transformada em uma Marinha de unidades menores, próprias para enfrentar as conflagrações nas províncias e também de acordo com as limitações orçamentárias.

Revoltas deflagradas em diversas províncias foram abafadas pelo governo regencial com a utilização da Marinha e do Exército. A Marinha se fez mais presente nos combates no Pará (Cabanagem), no Rio Grande do Sul (Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha), na Bahia (Sabinada), no Maranhão e no Piauí (Balaiada) e em Pernambuco (Revolta Praieira), esta já anos após a coroação de Dom Pedro II.

Em todas essas revoltas, a Marinha não enfrentou nenhum grande inimigo no mar. Embora na Guerra dos Farrapos os rebeldes tenham formado uma pequena flotilha de embarcações armadas, que foi prontamente combatida e vencida. A Marinha se fez presente no rápido transporte de tropas do Exército Imperial da Corte e de outras províncias até as províncias conflagradas. Também dependeu do transporte por mar, em grande parte realizado pela Marinha, o

abastecimento das tropas que lutavam nas províncias rebeladas, pois não existiam estradas que ligassem a Corte às províncias do Norte e do Sul.

A Marinha também cumpriu ações de bloqueio nos portos ocupados pelos rebeldes nas províncias, evitando que recebessem qualquer abastecimento vindo do mar, como armas e munições desviadas de outras províncias ou compradas no estrangeiro. Finalmente, militares da Marinha Imperial atuaram diversas vezes em desembarques, lutando com grupos rebeldes lado a lado com tropas do Exército, da Guarda Nacional e milicianos.

Os dois grandes conflitos externos em que o Império brasileiro se envolveu, desde sua independência até o início das hostilidades que levariam à guerra contra o Paraguai, foram a Guerra Cisplatina, entre 1825 e 1828, e a Guerra contra Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas, em 1850 e 1852. A área marítimo-fluvial em que se desenrolou a grande maioria das operações navais desses dois conflitos, separados no tempo por quase um quarto de século, foi a mesma, o grande estuário do Rio da Prata, que separa o Uruguai da Argentina. Foi com as forças militares dessas duas repúblicas que o Império brasileiro lutou.

Na Guerra Cisplatina, Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, atual Argentina, lutaram pela posse ou influência no território uruguaio, ainda não independente. Nessa guerra, que custou muito à economia de um país recém-formado como o Brasil, a Marinha lutou longe de sua base principal, o Rio de Janeiro, contra a Marinha argentina que, embora menor, atuava muito perto de sua principal base de apoio, Buenos Aires, e conhecendo muito um teatro de operações repleto de obstáculos naturais à navegação, o Rio da Prata.

A Marinha Imperial brasileira, além das atividades de abastecimento das tropas em combate, operou de modo ofensivo no Rio da Prata. A Força Naval brasileira efetuou um bloqueio naval sobre Buenos Aires, visando a isolar a capital adversária de abastecimento vindo do exterior e impedir que embarcações argentinas transportassem tropas e armamento para reforçar argentinos e orientais que lutavam contra as tropas brasileiras no território uruguaio.

Além do bloqueio, a Força Naval brasileira combateu a Esquadra argentina até seu desmembramento, privando o adversário do principal e primeiro braço do Poder Naval. Os navios da Marinha que não foram deslocados para aquela guerra não deixaram de se envolver no conflito. A Marinha defendeu as linhas de comunicação marítimas, dando combate aos corsários armados pela Argentina e pelos rebeldes uruguaiois que atacavam a navegação mercante brasileira ao longo de toda a nossa costa.

A próxima guerra em que o Brasil se envolveria no Rio da Prata seria contra Juan Manuel de Rosas, ditador argentino, e Manuel Oribe, presidente da República Oriental do Uruguai e líder do Partido Blanco. Tendo como seus aliados os governadores das províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes e o Partido Colorado uruguaio, o Império brasileiro se interpôs a uma tentativa de união de seus vizinhos do sul, que

enfraqueceria a posição brasileira no Rio da Prata e se tornaria uma ameaça na fronteira do Rio Grande do Sul, há pouco pacificado e impedido de se separar do Brasil na Guerra dos Farrapos.

Coube à Marinha um grande momento nesse curto conflito: a Passagem de Tonelero. Pela primeira vez se utilizando de navios a vapor em um conflito externo, a Força Naval brasileira ultrapassou, em ávida troca de fogos, o ponto fortificado adversário no Rio Paraná, o Passo de Tonelero, e conduziu as tropas aliadas rio acima, para uma posi o de desembarque favorável, onde foi possível o ataque e a posterior vitória sobre as tropas adversárias.

CONFLITOS INTERNOS; CABANAGEM;

A primeira subleva o ocorrida contra a Regência foi a Cabanagem, no Pará, que se generalizou em 1835 com a ocupa o da capital da província, Belém. O governo central enviou uma força interventora constituída de elementos da Marinha e do Exército Imperial que, após uma primeira tentativa frustrada de reconquistar a capital, desembarcou e a ocupou sem a resistência dos rebeldes. Contudo, os cabanos retomaram o fôlego para a luta com o crescimento da revolta no interior e retomaram a capital em agosto de 1835.

Durante todo o conflito, as forças legais atuaram contra focos rebeldes espalhados por um território inóspito e desconhecido, a floresta amazônica. A Marinha bloqueou o porto de Belém, dificultando o seu abastecimento, mas também bombardeou posi es rebeldes, desembarcou tropas do Exército e embrenhou-se nos rios amazônicos para dar combate aos mais isolados focos de revolta.

O desgaste que as forças militares impuseram aos cabanos levou ao abandono da capital em maio de 1836. A luta se estendeu até 1840, com a a o conjunta da Força Naval e das tropas do Exército debelando a resistência dos cabanos por todo o Pará.

GUERRA DOS FARRAPOS;

A Guerra dos Farrapos, rebelião no Sul do Império, que durou dez anos, de 1835 a 1845, atingiu uma região de fronteira já conturbada por conflitos externos. A Marinha novamente atuaria em coopera o com o Exército no transporte e no abastecimento das tropas e apoiando a es em terra com o fogo dos canhões embarcados.

Porém, na Guerra dos Farrapos, os navios de guerra estiveram envolvidos em pequenos combates navais com os farroupilhas. Os combates não ocorreriam em mar aberto, mas em águas restritas, como as Lagoas dos Patos e Mirim. O primeiro combate naval da Guerra dos Farrapos opôs o late *Oceano*, da Marinha Imperial, e o C ter *Minuano*, dos revoltosos, na Lagoa Mirim, quando o navio rebelde foi posto a pique.

A pequena Força Naval que os farroupilhas mantinham na Lagoa dos Patos foi completamente vencida em agosto de 1839, quando o Chefe-de-Divisão John Pascoe Grenfell, comandante das Forças Navais

no Rio Grande, apresou dois lanchões rebeldes em Cama quã. A rebelião rio-grandense estendeu-se para Santa Catarina, onde os farroupilhas formaram uma pequena Força Naval com navios mercantes apresados e lanchões remanescentes das operações nas Lagoas dos Patos e Mirim, que foi vencida pela Marinha em um combate no porto de Laguna. Foi nesse conflito regional que, pela primeira vez, a Marinha brasileira empregou um navio movido a vapor em operações de guerra.

SABINADA;

A Sabinada, revolta que eclodiu contra a autoridade da Regência na Bahia, em novembro de 1837, foi combatida pela Marinha Imperial com o bloqueio da província e o combate a uma diminuta Força Naval montada pelos rebeldes com navios apresados.

A revolta foi finalmente sufocada em 1838.

BALAIADA

A Balaiada, agitação que tomou conta das Províncias do Maranhão e do Piauí, entre 1838 e 1841, reuniu a população pobre e os escravos contra as autoridades constituídas da própria província. Em agosto de 1839, seguiu para o Maranhão o Capitão-Tenente Joaquim Marques Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré, nomeado comandante da Força Naval em operação contra os insurretos.

Após estudar a região, armou pequenas embarcações que, enviadas para diversos pontos dos principais rios maranhenses, combateriam os rebeldes isoladamente ou apoiariam forças em terra. A partir de 1840 e até o final da Balaiada, o Capitão-Tenente Joaquim Marques Lisboa atuaria em cooperação com o então Coronel Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, que comandava a Divisão Pacificadora do Norte, reunida para debelar a revolta. A união dos futuros patronos das forças singulares de mar e terra no combate à Balaiada simboliza uma situação recorrente em todos os conflitos internos durante a Regência e o Segundo Império: a atuação conjunta da Marinha e do Exército na manutenção da ordem constituída e da unidade do Império.

REVOLTA PRAIEIRA

A Revolta Praieira estourou em Pernambuco em novembro de 1848. Iniciada na capital, tomou corpo nas vilas e nos engenhos da zona da mata e do interior pernambucanos. Para combatê-la, tropas leais ao governo provincial deixaram Recife, a capital da província, para engajar as forças praieiras que estavam no interior. Ao ver a capital desguarnecida, forças praieiras atacaram-na, em 2 de fevereiro de 1849. O pequeno contingente militar que guarnecia a cidade foi imediatamente apoiado pela Força Naval fundada no porto.

Contingentes de marinheiros e fuzileiros navais desembarcaram dos navios para reunir-se aos defensores da capital na batalha, enquanto os canhões da Marinha fustigaram as investidas dos revoltosos.

A atuação da Marinha nessa revolta, embora breve, evitou que a capital provincial caísse nas mãos dos rebeldes.

CONFLITOS EXTERNOS GUERRA CISPLATINA;

O Brasil recém-independente envolveu-se numa guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata, atual Argentina, pela posse da então província brasileira da Cisplatina, atual República Oriental do Uruguai, anexa da, ainda por Dom João VI, em 1821.

O interesse pelo domínio daquelas terras não era novo. O Império do Brasil e a Argentina herdaram as aspirações e as disputas dos colonizadores portugueses e espanhóis pela margem esquerda do estuário do Rio da Prata. Nos séculos XVII e XVIII, o centro da disputa era a Colônia de Sacramento, o enclave português na região. No início do século XIX, com os movimentos de independência na América espanhola e portuguesa, a conflagração atingiu o Brasil e a Argentina, no conflito conhecido como Guerra Cisplatina.

A guerra não envolvia só a disputa pela posse do território da Província Cisplatina que, além do gado criado nos pampas e de dois portos comerciais importantes (Montevideu e Maldonado), não continha recursos naturais de monta, mas tinha como objetivo o controle do Rio da Prata, área geográfica de suma importância estratégica desde o início da colonização europeia na América do Sul. No estuário do Rio da Prata desembocavam dois grandes rios (Uruguai e Paraná), que constituíam o caminho natural para a penetração no continente sul-americano, representando uma estrada fluvial para a colonização, o acesso aos recursos naturais e a viabilização das trocas comerciais por todo interior da América do Sul.

O Estado argentino, naquela época, era formado por várias províncias com alto grau de autonomia, que reconheciam a liderança exercida pela província de Buenos Aires. A confederação de províncias argentinas tinha um interesse comum na sublevação de cisplatinos contra o Império brasileiro, visando à possibilidade de incorporar a Banda Oriental. Assim, imediatamente deram apoio político, militar e financeiro à revolta, passando, posteriormente, a envolver-se oficialmente na luta.

Para se opor à sublevação, nitidamente suportada pela Argentina, o Brasil desenvolveu uma campanha militar na Banda Oriental entre os anos de 1825 e 1828. Além de tropas, deslocou vários meios navais da Esquadra, recém-formada nas Guerras da Independência, para o estuário da Prata, sob o comando do Vice-Almirante Rodrigo Lobo. Com o fortalecimento das forças de Lavalleja na Banda Oriental, as Províncias Unidas do Rio da Prata oficializaram seu apoio à revolta, declarando anexada a Banda Oriental ao território argentino, o que significava uma declaração de guerra ao Governo Imperial.

A batalha mais significativa da Guerra Cisplatina, a Batalha do Passo do Rosário, ou Ituzaingó, como argentinos e uruguaios a chamam, ocorrida em 20 de fevereiro de 1827, teve resultados tão indecisos como

toda a guerra terrestre que se travou na Província Cisplatina. Nenhum dos lados conseguiu impor-se sobre o outro, não sendo possível apontar vitoriosos nem derrotados.

A Marinha Imperial brasileira, na Guerra Cisplatina, lutou com a Força Naval argentina, mas também atuou contra os corsários que, com Patentes de corso emitidas pelas Províncias Unidas do Rio da Prata e pelo próprio Exército de Lavalleja, atacavam os navios mercantes brasileiros por toda a nossa costa.

O embate entre a Esquadra brasileira e a Esquadra argentina teve lugar no estuário do Rio da Prata e suas proximidades, região com grande número de bancos de areia que dificultava a navegação. Isso ajudou os argentinos a desenvolver uma variação naval da guerra de guerrilha. Os navios argentinos atacavam e, quando repelidos, escapavam da perseguição dos navios brasileiros pelos estreitos canais que se formavam entre os vários bancos de areia da região, em sua maioria desconhecidos dos marinheiros brasileiros.

Como primeira ação de guerra, a Força Naval brasileira no Rio da Prata, comandada pelo Vice-Almirante Rodrigo Lobo, estabeleceu um bloqueio naval no Rio da Prata, pretendendo impedir qualquer ligação marítima entre as Províncias Unidas e os rebeldes de Lavalleja, e dos dois adversários com o exterior. O inimigo a ser confrontado pela Força Naval brasileira deslocada para o estuário do Rio da Prata era liderado pelo experiente irlandês William George Brown, comandante da pequena Esquadra sediada em Buenos Aires desde as lutas pela independência daquele país. O adversário, apesar do menor número de navios de guerra, tinha suas ações facilitadas não só pelo conhecimento da conformação hidrográfica do estuário do Rio da Prata, como também por permanecer operando próximo de seu porto base, o ancoradouro de Los Pozos, em Buenos Aires, onde seus navios eram abastecidos e reparados.

Nos primeiros meses da guerra, o bloqueio naval imposto pela Esquadra brasileira provocou o primeiro embate entre as forças navais. O Combate de Colares ocorreu em 9 de fevereiro de 1826, quando a Esquadra argentina, composta de 14 navios, deixou seu ancoradouro para empreender uma ação de desgaste à Força Naval brasileira em bloqueio, também composta de 14 navios. As forças navais adversárias, dispostas em colunas, trocaram tiros de canhão a grande distância uma da outra, causando perdas humanas e avarias materiais reduzidas de parte a parte. A Esquadra argentina se retirou para o refúgio de Los Pozos e a Força Naval brasileira foi fundear entre os Bancos de Ortiz e Chico.

O passo posterior do comandante das forças argentinas teria consequências muito mais significativas para os destinos da guerra no mar e em terra, se bem-sucedido. Seu alvo era a Colônia de Sacramento, uma praça fortificada situada na margem esquerda do Rio da Prata e guarnecida por 1,5 mil homens, chefiados pelo Brigadeiro Manoel Jorge Rodrigues, complementados por uma pequena força de quatro navios, comandada pelo Capitão-de-Fragata Frede-

rico Mariath. Sete navios da Esquadra argentina, capitaneados pela fragata *25 de Mayo*, romperam o bloqueio brasileiro ao largo de Buenos Aires e fizeram vela para a Colônia de Sacramento, simultaneamente aquela praça era cercada por tropas.

Devido ao maior poder de combate da Força Naval argentina, perante a flotilha brasileira que defendia a Colônia, as tripulações e os canhões dos navios brasileiros foram desembarcados e incorporados às defesas de terra. Em 26 de fevereiro de 1826, os navios argentinos e as tropas de cerco iniciaram o bombardeio, respondido pelas fortificações da Colônia do Sacramento, que inutilizaram um dos navios adversários. Repellido o primeiro ataque, os defensores da Colônia do Sacramento enviaram uma escuna para pedir auxílio às forças navais brasileiras estacionadas em Montevidéu, esperando que o socorro chegasse mais rápido àquela praça sitiada.

Contudo, o Vice-Almirante Rodrigo Lobo não acdiu de imediato à cidade apossada pelo inimigo. Na noite de 1º de março, a Força Naval argentina, reforçada por seis canhoneiras, tentou desembarcar 200 homens naquela praça. Depois de severa luta, os atacantes argentinos foram repelidos, com a perda de duas canhoneiras e muitos homens, não sem antes conseguirem incendiar um dos nossos navios. Os navios argentinos só desistiram do cerco em 12 de março, escapando da Esquadra brasileira, que chegara com atraso em defesa de Sacramento.

Uma das missões da Esquadra argentina era justamente a manutenção do abastecimento dos exércitos que lutavam na Província Cisplatina. Como obstáculo, antepunha-se a Esquadra brasileira, comandada pelo Almirante Rodrigo Lobo que, apesar da ineficiência desse início de bloqueio naval (pelos primeiros embates navais da guerra, observa-se que a Esquadra argentina movimentava-se com relativa facilidade), mantinha-se superior em número às forças navais comandadas por Brown.

O comandante da Esquadra argentina, William Brown, reuniu sua capitânia, a fragata *25 de Mayo*, e dois brigues em uma audaciosa ação para capturar navios que se dirigissem a Montevidéu, tentando aumentar o tamanho de sua Esquadra e tomar alguma carga de valor dos navios mercantes. Em 10 de abril de 1826, conseguiu capturar a pequena escuna *Isabel Maria*. No dia seguinte, ao perseguir um navio mercante, a fragata *25 de Mayo* aproximou-se tanto do porto de Montevidéu que foi reconhecida por navios da Esquadra brasileira, mesmo arvorando a bandeira francesa.

Saiu em sua perseguição a fragata *Niterói*, comandada pelo hábil Capitão-de-Mar-e-Guerra James Norton, ambos, navio e comandante, veteranos das Guerras da Independência e recém-chegados para reforçar a Força Naval brasileira no Rio da Prata. Acompanharam a perseguição à capitânia argentina quatro outros pequenos navios, mas o combate se concentrou nos navios de maior porte, com a fragata *Niterói* trocando disparos com a fragata *25 de Mayo* e com um dos brigues que a acom-

panhavam. Com o cair da noite, os navios argentinos, com graves avarias, retiraram-se para Buenos Aires, dando por encerrado o embate que ficou conhecido como o Combate de Montevideu.

Em primeiro plano a fragata *Niterói*, à direita o navio capitânia argentino, a fragata *25 de Mayo*, no momento em que perde o joanete do mastro grande. Aquarela do Almirante Trajano Augusto de Carvalho (Acervo SDM)

Esquadra com navios brasileiros capturados. Tencionava abordar e capturar a fragata *Niterói*, o mesmo navio que frustrou sua incursão anterior. Na noite de 27 de abril, sete navios argentinos rumaram para próximo de Montevideu, onde os navios brasileiros se reuniam, e tentaram identificar seu alvo. Enganados pela escuridão, investiram contra a fragata *Imperatriz* que, tendo percebido a aproximação do inimigo, se preparou para o combate. Os navios argentinos *25 de Mayo* e *Independencia* tentaram a abordagem, mas foram repelidos pela tripulação da *Imperatriz*. O comandante do navio brasileiro, Capitão-de-Fragata Luís Barroso Pereira, liderou seus homens na renhida luta até tombar mortalmente ferido no convés, atingido por disparos do inimigo. Foi uma das duas vítimas fatais da *Imperatriz* no combate.

Em 3 de maio de 1826, a Esquadra comandada por Brown foi avistada pelos navios brasileiros quando tentava escapar do bloqueio naval ao seu porto. Os navios argentinos tentaram alcançar o Banco de Ortiz, na esperança de atrair os perseguidores, que, com navios de maior porte, encalhariam naquele banco de areia, tornando-se alvos imóveis para seus canhões.

O Combate do Banco de Ortiz acabou sem grandes perdas para ambos os adversários, mas mostrou o perigo que os bancos de areia do estuário do Rio da Prata representavam para as esquadras em luta.

Em 13 de maio de 1826, o Almirante Rodrigo Pinto Guedes, o Barão do Rio da Prata, substituiu o Almirante Rodrigo Lobo, que tinha se mostrado pouco capaz no comando da Força Naval do Império do Brasil em operações de guerra no Rio da Prata. A primeira medida tomada pelo Almirante Pinto Guedes foi estabelecer uma nova disposição das forças navais que reforçasse o bloqueio naval. Dividiu suas forças em quatro divisões, sob o comando de oficiais capazes e experientes, devendo em todas as oportunidades engajar o inimigo, obrigando-o a aceitar a luta.

No dia 15 de maio de 1826, as três linhas de bloqueio determinadas pelo novo comandante da Força Naval brasileira no Rio da Prata já se achavam em posição. Em 23 de maio, a Esquadra argentina decidiu testar a resistência da Força Naval brasileira responsável pelo bloqueio de Buenos Aires, a 2ª Divisão da Esquadra Imperial, chefiada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra James Norton. Os navios brasileiros engajaram-se no Combate das Balizas Exteriores, mesmo com o risco de encalharem nos bancos de areia em torno de Buenos Aires. Os navios argentinos perceberam a resolução da força bloqueadora e voltaram ao seu ancoradouro, em Los Pozos.

Mesmo a nova estratégia de bloqueio, mais agressiva, não se mostrava eficiente na destruição dos navios argentinos, que se mantinham protegidos no ancoradouro de Los Pozos.

No começo de junho de 1826, buscando um engajamento decisivo, o Almirante Rodrigo Pinto Guedes planejou atacar a Esquadra inimiga dentro de Los Pozos. Para isso, a 2ª Divisão foi reunida à 3ª Divisão da Esquadra Imperial, composta por navios menores que poderiam transpor os bancos de areia que protegiam o ancoradouro de Buenos Aires.

Em 11 daquele mês, as 2ª e 3ª Divisões, comandadas por Norton, executaram o plano de ataque e investiram contra a Esquadra argentina em Los Pozos. Novamente, os bancos de areia protegeram os navios argentinos. O comandante da Força Naval brasileira, Norton, desistiu do ataque que seria infrutífero. Apesar dos insucessos da ação planejada, a escuna *Isabel Maria*, apresada pelos argentinos, foi recuperada.

Considerando o malogro do último ataque brasileiro à Esquadra argentina como sua vitória, Brown preparou nova investida à 2ª Divisão, determinado a livrar Buenos Aires do bloqueio naval.

Protegidos pela noite, em 29 de julho de 1826, 17 navios da Esquadra argentina tentaram surpreender os navios sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra James Norton. Porém, alertados por uma escuna que fazia a vigilância, os brasileiros responderam ao ataque. O combate tornou-se confuso; a mesma noite que escondia os atacantes prejudicava a precisão dos disparos e a identificação do inimigo. A possibilidade de atingir navios amigos determinou que ambos os lados suspendessem a luta.

Ao alvorecer, o combate recomeçou. O comandante da Esquadra argentina, Brown, conduziu seu navio capitânia, a fragata *25 de Mayo*, na direção dos navios brasileiros, mas só foi acompanhado pela escuna *Rio de La Plata*. Os dois navios argentinos receberam todo o peso dos disparos dos canhões brasileiros e ficaram completamente inutilizados. O chefe das forças argentinas foi obrigado a transferir-se sob fogo para um navio argentino que ousou aproximar-se. O restante da Esquadra argentina retirou-se para a segurança de seu ancoradouro. O Combate de Lara-Quilmes foi a última tentativa da Esquadra argentina de destruir os navios da 2ª Divisão da Esquadra Imperial, desmantelando o bloqueio naval brasileiro em torno de Buenos Aires.

No início de fevereiro de 1827, a 3ª Divisão desceu o Rio Uruguai para combater a Força Naval argentina que o bloqueava.

O bloqueio naval mais rigoroso, realizado desde maio de 1826 pela 2ª Divisão da Esquadra Imperial, mantinha a maior parte do tempo a Esquadra argentina confinada em seu ancoradouro. Porém, a Esquadra brasileira não conseguia uma vitória definitiva frente ao inimigo, não evitando pequenas incursões que, algumas vezes, mostravam-se desastrosas.

Já nesse período da guerra no mar, o governo de Buenos Aires concentrava seu esforço na guerra de curso, que afetava o comércio marítimo do Império brasileiro. Mesmo a Esquadra argentina, já muito debilitada depois do Combate de Lara-Quilmes, cedia seus navios para campanhas de curso na costa bra-

sileira. E foi com esse propósito que os quatro principais navios argentinos tentaram romper o bloqueio brasileiro, na noite de 6 de abril de 1827.

A Força Naval argentina, composta pelos brigues *República*, *Congresso e Independência*, e pela escuna *Sarandi*, comandada pelo próprio comandante da Esquadra argentina, William Brown, foi interceptada pelos navios da 2ª Divisão quando tentava contornar o bloqueio naval brasileiro.

Nesse último grande encontro entre as forças adversárias, conhecido como Combate de Monte Santiago, a 2ª Divisão brasileira, reforçada pelos navios das outras duas divisões bloqueadoras, fustigou os navios argentinos com os seus canhões, que, encurralados entre a força brasileira e os bancos de areia, foram sendo destruídos. Os brigues *República* e *Independência* foram abordados e capturados pelos brasileiros. O brigue *Congresso* e a escuna *Sarandi*, navios menores e mais leves, conseguiram passar pelos bancos de areia e refugiaram-se em Buenos Aires, ainda assim bastante atingidos pelos canhões brasileiros e com muitos mortos e feridos a bordo.

Foi o golpe final contra a Esquadra argentina e a demonstração de que o bloqueio naval organizado pelo Almirante Rodrigo Pinto Guedes foi efetivo no combate ao inimigo.

As grandes perdas argentinas no Combate de Monte Santiago, em abril de 1827, ratificaram a opção pela guerra de corso. Durante todo o conflito, as Províncias Unidas armaram corsários.

A guerra de corso, empreendida contra nosso comércio marítimo (à época, como hoje, essencial para a economia nacional), foi mais efetiva contra o esforço de guerra brasileiro do que as ações da Esquadra argentina. A operação ofensiva que a Marinha Imperial brasileira realizou com o bloqueio naval no Prata coexistiu com a ação defensiva na vigilância das extensas águas territoriais brasileiras, defendendo nosso comércio marítimo dos corsários.

O combate aos corsários foi mais efetivo no bloqueio naval empreendido a outra de suas "bases", a localizada no Rio Salado. Outros corsários foram batidos no mar pela Marinha Imperial, como o brigue *Niger*, capturado em março de 1828 e o brigue *General Brandsen*, destruído por navios brasileiros após longa campanha de corso.

A indefinição da campanha terrestre e o esgotamento econômico e militar de ambos os contendores levou o Brasil a aceitar a mediação da Grã-Bretanha para o fim da guerra. A Convenção Preliminar de Paz foi assinada entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, em 27 de agosto de 1828. O acordo estipulava que ambos os lados renunciariam a suas pretensões sobre a Banda Oriental, que se tornaria um país independente como República Oriental do Uruguai.

O término da Guerra Cisplatina não seria o fim dos conflitos na região. A Marinha Imperial brasileira permaneceria guarnecendo a segurança do Império do Brasil no Rio da Prata.

GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS.

Terminada a longa revolta que sublevoou as Províncias do Rio Grande e de Santa Catarina, o Império brasileiro pôde retomar a vigilância na fronteira Sul e ater-se ao conflito que crescia na área do Rio da Prata. Mesmo com o fim da Guerra Cisplatina e a independência da República Oriental do Uruguai, as lideranças políticas argentinas continuavam com a pretensão de restituir o mando de Buenos Aires sobre o território do Vice-Reinado do Prata.

O projeto de anexação do Uruguai ao território argentino encontrou seus executores em Juan Manuel de Rosas, liderança máxima da Confederação Argentina desde 1835, e em Manuel Oribe, líder do partido de oposição ao governo uruguaio, o Partido Blanco.

O Império brasileiro, que se opunha frontalmente à anexação, apoiava o governo constituído do Uruguai, exercido pelo Partido Colorado. A situação política no Uruguai aproximava-se de uma guerra civil, com tropas partidárias de Oribe e apoiadas por Rosas cercando a capital, Montevideú.

Em 1851, o governo brasileiro procedeu uma aliança com o governo legal uruguaio e com um oposicionista de Rosas, o governador da Província argentina de Entre Rios, Justo José de Urquiza, para defender o Uruguai do ataque das forças de Rosas e Oribe.

A ação da Marinha novamente seria realizada em estreita colaboração com o Exército Imperial. O comando da Força Naval foi entregue ao Chefe-de-Esquadra John Pascoe Grenfell, veterano das lutas da Independência e na Cisplatina.

Somente com a intervenção da força terrestre, as tropas que cercavam Montevideú capitularam. Manuel Oribe estava derrotado. A Esquadra brasileira, disposta ao longo do Rio da Prata, impediu que as tropas vencidas pudessem evacuar para a margem direita, o lado argentino.

Tendo pacificado o Uruguai, a força brasileira e seus aliados platinos voltaram-se contra Rosas, que mantinha-se como uma ameaça à estabilidade da região. Nessa nova ação militar, coube à Marinha a tarefa de transportar as tropas aliadas pelo Rio Paraná até a localidade de Diamante, para ali desembarcá-las.

A Força Naval brasileira, composta por quatro navios com propulsão a vapor e três navios a vela, tinha como obstáculo o Passo de Tonelero, nas proximidades da Barranca de Acevedo, onde o inimigo instalara uma fortificação guarnecida por 16 peças de artilharia e 2,8 mil homens. Devido à pouca largura do rio naquele trecho, os navios brasileiros seriam obrigados a passar a menos de 400 metros daquela fortificação, recebendo o peso da artilharia inimiga. A solução encontrada pelo Chefe-de-Esquadra Grenfell foi o emprego conjunto dos navios a vela e a vapor na operação de transposição daquele obstáculo.

Os navios a vela, mais artilhados (pois tinham artilharia postada por todo seu costado, substituída nos navios a vapor pelas rodas laterais), foram rebocados pelos navios a vapor, mais rápidos e ágeis nas manobras.